Comissão Permanente de Licitação
531
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

e

AUTORIZAÇÃO

Ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a),

O Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, cumpridas as formalidades previstas no § 3º, do artigo 53, da Lei n.º 14.133/2021 e suas posteriores alterações, autoriza a publicação do **Pregão Eletrônico nº 23.11.001/2026-GM**, no qual objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE.**

Portanto, constatado o atendimento a legislação específica, **AUTORIZO** a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme as condições do Edital em anexo.

Tauá - CE, 24 de novembro de 2026.

José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação
Órgão Gerenciador

Comissão Permanente de Licitação
532
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23.11.001/2026-GM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.11.002/2026-GM

O **MUNICÍPIO DE TAUÁ – CEARÁ** torna público que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital. A presente licitação será processada conforme as disposições da Constituição Federal em seus artigos 37, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021 de 1 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 1120001/2023-GABP de 20 de novembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE;

LOCAL: BBMNET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS - www.novobbmnet.com.br;

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS;

- **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS**: dia 25 de novembro de 2026, às 17h00min;
- **FINAL DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS**: dia 08 de dezembro de 2026, às 07h30min;
- **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS**: dia 08 de dezembro de 2026, às 08h00min;
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: dia 08 de dezembro de 2026, às 08h30min;

MODO DE DISPUTA: ABERTO;

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: DE ACORDO COM A DEMANDA;

DO ACESSO AO EDITAL: no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Tauá, endereço eletrônico https://www.taua.ce.gov.br/licitacao.php e no Portal de Licitações dos Municípios do TCE-CE, endereço eletrônico https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação cuida do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e seus anexos.

1.2. Caberá a Secretaria da Educação o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

Comissão Permanente de Licitação
533
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Em caso a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a divisão dos itens está disposta no Termo de Referência.

2.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R$ 4.800.000,00).

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006. Quando for o caso.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
534
Fls
CPL

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o pra do término do recebimento de propostas.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
3.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
3.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal;
3.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Em caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "nenhuma", apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ao 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu **"Sala de Disputa",** no campo das licitações na coluna (menu) da etapa **"Aberto para receber propostas"**.

4.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando "enviar proposta".

4.1.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

4.1.3. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Comissão Permanente de Licitação
536
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

4.12. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.13. Quando for exigido pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. **A ficha técnica inicial, quando obrigatória**, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

4.13.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

5.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo(a) Pregoeiro(a), os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou global do lote, de acordo com o modo de disputa.

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
537
Fls
CPL

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
5.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, de acordo com o critério de julgamento.

5.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será indicado na plataforma, de acordo com cada item/lote.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

5.12. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12 Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Comissão Permanente de Licitação
538
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

5.17.4 Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.17.5 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.5.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
5.17.5.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
5.17.5.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
5.17.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.6.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
5.17.6.2 empresas brasileiras;
5.17.6.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
5.17.6.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
5.17.6.5 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser aplicado sorteio conforme disposto no artigo 28 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79, de 12 de Setembro de 2024.

5.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
5.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
5.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19 Será desclassificada a proposta que:

5.19.1 contiver vícios insanáveis;
5.19.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
5.19.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.19.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.19.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.20 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Comissão Permanente de Licitação
539
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

5.20.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

5.20.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
5.20.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.21 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.22 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.23 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
5.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.23.3 Será exigido do licitante vencedor o envio do arquivo da proposta final ajustada por meio de comando próprio do sistema. O prazo para a inserção do documento será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem no chat solicitando a ação, sujeito a desclassificação caso não faça no tempo determinado.
5.23.4 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.24.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
5.24.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
5.24.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no termo de referência, a proposta do licitante será recusada.
5.24.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6 DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. **O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas,** a

Comissão Permanente de Licitação
540
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, **sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.**

6.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

6.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

6.5 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação, nos termos dos.

6.6 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.6.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

6.6.2 Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

6.7 REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA

6.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.7.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.7.3 Prova de regularidade perante a Fazenda federal, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

6.7.4 Prova de regularidade perante a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

6.7.5 Prova de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

6.7.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

6.7.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade;

6.7.8 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.8.1 Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) ou

Comissão Permanente de Licitação
541
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

certidão(ões) expedido(a) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital;

6.8.1.1 Havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o(a) Pregoeiro(a), poderá promover diligência, a fim de comprovar a veracidade do documento, conforme Inciso I do Art. 64 da Lei 14.133/2021.

6.9 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.9.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei;

6.9.1.1 O Microempreendedor Individual-MEI, está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2° do Código Civil e artigo 18-A, § 1° da Lei Complementar n° 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASNSIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual);

6.9.1.2 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios;

6.9.2 Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial exigido no item 6.9.1;

6.9.3 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro de prazo de validade;

6.9.3.1 Na ausência da Certidão, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 14.112/2020; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5° da lei 14.112/2020.

6.10 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

6.10.1 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei n° 8.213/1991.

6.10.2 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.10.3 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3° da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

6.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

6.11.1 Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais;

6.11.2 Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, **o documento será considerado válido pelo prazo de 60**

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
542
Fls
CPL

(sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

6.12 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

6.13 A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.14 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

6.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7 DOS RECURSOS.

7.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.3 A intenção de recorrer poderá ser manifestada em dois momentos distintos: após o julgamento e aceitação das propostas, quando se avalia o mérito das ofertas apresentadas pelos licitantes, e após a etapa da habilitação, quando se verifica a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica dos licitantes.

7.3.1 O tempo para manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos após o Julgamento e Aceitação das Propostas e de no mínimo 10 minutos após a etapa de Habilitação, não sendo exigida a apresentação de motivação para a intenção de recorrer.

7.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema durante a fase de Recurso e Contrarrazão pelos licitantes que manifestaram intenção de recorrer.

7.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Comissão Permanente de Licitação
543
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

7.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3 injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5 fraudar a licitação

8.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1 advertência;

8.2.2 multa;

8.2.3 impedimento de licitar e contratar e

8.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.

8.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

8.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

Comissão Permanente de Licitação
544
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

9 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3 A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema BBMNET.

9.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

Comissão Permanente de Licitação
545
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
11.9 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.
11.10 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.
11.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
11.12 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Tauá, endereço eletrônico https://www.taua.ce.gov.br/licitacao.php e no Portal de Licitações dos Municípios do TCE-CE, endereço eletrônico https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/.

11.13 Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo e-mail pregao.taua@gmail.com

11.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.14.1 ANEXO I – Termo de Referência;
11.14.2 ANEXO II –Modelos de Declarações;
a) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

11.14.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
11.14.4 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
11.14.5 ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços Ajustada.

Tauá - CE, 24 de novembro de 2026.

José Erondilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação
Órgão Gerenciador

Comissão Permanente de Licitação
Fls 5
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Conforme Documento Anexo)

Comissão Permanente de Licitação
Fls
C.P.L.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE.

2. DESCRIÇÃO DA NECESIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades de materiais elétricos das unidades administrativas integrantes da estrutura organizacional do Município de Tauá/CE, assegurando a disponibilidade dos insumos necessários à realização de serviços de manutenção, reparos e pequenas intervenções nas instalações elétricas dos prédios públicos.

2.2. A aquisição desses materiais permitirá maior agilidade no atendimento às demandas de manutenção predial, que surgem cotidianamente nas diversas unidades administrativas, possibilitando a realização de reparos e substituições de componentes elétricos sem atrasos decorrentes da indisponibilidade dos insumos. Dessa forma, busca-se proporcionar melhores condições de funcionamento das instalações, prevenindo falhas, interrupções das atividades e situações que possam comprometer a segurança dos servidores e usuários dos serviços públicos.

2.3. Nesse contexto, o fornecimento regular dos materiais elétricos constitui medida necessária à conservação e à preservação do patrimônio público, contribuindo para a eficiência dos serviços de manutenção, a economicidade na execução dos reparos e a continuidade das atividades desenvolvidas pelos órgãos municipais. A contratação também favorece ambientes de trabalho mais seguros e adequados, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população..

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	BASE P/ SENSOR FOTOELETRICO	UND	230	R$ 16,11	R$ 3.705,30
2	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 10MM ROLO C/100 METROS NEUTRO NU PRETO	ROLO	70	R$ 892,62	R$ 62.483,40
3	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEX DUPLEX 2X10MM COR PRETO+NU C/100 METROS	ROLO	77	R$ 641,92	R$ 49.427,84
4	CABO ALUMÍNIO MULTIPLEX 3 VIAS RO C/100M	ROLO	36	R$ 987,83	R$ 35.561,88
5	CABO CONCENTRICO 10MM C/100 METROS	ROLO	79	R$ 1.261,80	R$ 99.682,20
6	CABO DE COBRE ELÉTRICO 10MM PRETO, ROLO COM 100MT	ROLO	60	R$ 1.188,12	R$ 71.287,20

Comissão Permanente de Licitação
548 Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá
469 Fls
C.P.L.

7	CABO FLEXÍVEL 10MM. ROLO COM 100M	ROLO	112	R$ 1.123,10	R$ 125.787,20
8	CABO FLEXIVEL 16 MM, ROLO COM 100M METROS	ROLO	110	R$ 1.852,37	R$ 203.760,70
9	CABO FLEXIVEL 2,5, MM. ROLO COM 100M	ROLO	325	R$ 259,54	R$ 84.350,50
10	CABO FLEXÍVEL 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	240	R$ 454,75	R$ 109.140,00
11	CABO FLEXÍVEL 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	180	R$ 680,53	R$ 122.495,40
12	CABO FLEXÍVEL 750V 25MM PRETO ROLO COM 100 METROS	ROLO	31	R$ 1.877,80	R$ 58.211,80
13	CABO FLEXÍVEL 750V 35MM PRETO ROLO COM 100METROS	ROLO	31	R$ 3.424,09	R$ 106.146,79
14	CABO FLEXÍVEL 750V 50MM PRETO ROLO COM 100 METROS	ROLO	30	R$ 4.098,38	R$ 122.951,40
15	CABO PARALELO 0,75MM. ROLO COM 100M	ROLO	77	R$ 245,91	R$ 18.935,07
16	CABO PARALELO 1,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	75	R$ 511,44	R$ 38.358,00
17	CABO PARALELO 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	221	R$ 787,23	R$ 173.977,83
18	CABO PP 2 X 1.5MM. ROLO COM 100M	ROLO	95	R$ 442,47	R$ 42.034,65
19	CABO PP 2 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	240	R$ 740,50	R$ 177.720,00
20	CABO PP 2 X 4,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	146	R$ 1.064,41	R$ 155.403,86
21	CABO PP 2 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	141	R$ 2.481,45	R$ 349.884,45
22	CABO PP 3 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	239	R$ 1.070,68	R$ 255.892,52
23	CABO PP 3 X 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	167	R$ 1.721,16	R$ 287.433,72
24	CABO PP 3 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	85	R$ 3.371,97	R$ 286.617,45
25	CABO PP 4 X 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	55	R$ 4.852,70	R$ 266.898,50
26	CANALETA COM ADESIVO 20X10MM PLÁSTICA MINIMO DE 2MT POR BARRA	UND	196	R$ 7,94	R$ 1.556,24
27	CANALETA COM ADESIVO 20X20MM PLASTICA MÍNIMO DE 2MT POR BARRA	UND	166	R$ 26,77	R$ 4.443,82
28	CAIXA ELÉTRICA DE PLÁSTICO DIMENSÕES 102MM X 55MM PROFUNDIDADE DE 45MM A 65MM	UND	215	R$ 30,60	R$ 6.579,00
29	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12/16 DISJUNTOR	UND	130	R$ 183,04	R$ 23.795,20
30	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 6/8 DISJUNTOR	UND	117	R$ 96,35	R$ 11.272,95
31	CONECTOR CUNHA RAMAL AZUL COM ESTRIBO NORMAL, ALUMÍNIO	UND	850	R$ 48,09	R$ 40.876,50
32	CONECTOR CUNHA RAMAL VERMELHO COM ESTRIBO NORMAL, ALUMÍNIO	UND	850	R$ 48,09	R$ 40.876,50

Comissão Permanente de Licitação
549
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá
Comissão Permanente de Licitação
470
Fls
CPL

33	CONECTOR PARA ASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	UND	295	R$ 9,11	R$ 2.687,45
34	CONECTOR PARA ASTE BRANCO "U" ELÉTRICA 5/8"	UND	215	R$ 16,83	R$ 3.618,45
35	CONECTOR PERFURANTE DE DERIVAÇÃO	UND	390	R$ 13,29	R$ 5.183,10
36	CURVA 180° 1.1/2"	UND	130	R$ 18,00	R$ 2.340,00
37	CURVA 90° 1.12"	UND	260	R$ 13,16	R$ 3.421,60
38	CURVA 90° 3/4	UND	270	R$ 5,47	R$ 1.476,90
39	CURVA 90° LONGA DE 2"	UND	260	R$ 16,77	R$ 4.360,20
40	DISJUNTOR DR 16A	UND	180	R$ 55,96	R$ 10.072,80
41	DISJUNTOR DR 20A	UND	207	R$ 80,62	R$ 16.688,34
42	DISJUNTOR DR 32A	UND	205	R$ 104,95	R$ 21.514,75
43	DISJUNTOR DR 40A	UND	205	R$ 166,55	R$ 34.142,75
44	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A.	UND	425	R$ 12,60	R$ 5.355,00
45	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A.	UND	435	R$ 17,99	R$ 7.825,65
46	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A.	UND	357	R$ 21,57	R$ 7.700,49
47	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A.	UND	355	R$ 23,07	R$ 8.189,85
48	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100A.	UND	340	R$ 163,05	R$ 55.437,00
49	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25A.	UND	340	R$ 54,56	R$ 18.550,40
50	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32A.	UND	345	R$ 63,07	R$ 21.759,15
51	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A.	UND	320	R$ 75,59	R$ 24.188,80
52	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A.	UND	300	R$ 92,07	R$ 27.621,00
53	DISJUNTOR TRIPOLAR 100ª CURVA C 3KA	UNI	30	R$ 192,42	R$ 5.772,60
54	DISJUNTOS TRIPOLAR 63ª CURVA C	UND	30	R$ 67,63	R$ 2.028,90
55	DISPOSITIVO ANTI SURTO "DPS" 25KA	UND	33	R$ 84,48	R$ 2.787,84
56	DISPOSITIVO ANTI SURTO "DPS" 45KA	UND	10	R$ 128,24	R$ 1.282,40
57	ELETRODUTO CORRUGADO ¾" ROLO COM 50M	UND	303	R$ 54,83	R$ 16.613,49
58	ELETRODUTO PVC RÍGIDO DE 2" X 3M	UND	280	R$ 24,44	R$ 6.843,20
59	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/2 X 3M	UND	260	R$ 23,06	R$ 5.995,60
60	ELETRODUTO RÍGIDO ¾ X 3M	M	572	R$ 8,74	R$ 4.999,28

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá
550 Fls CPL
471 Fls CPL

61	FECHO 3/4 PARA FITA DE AÇO POSTE PCT C/100 UND.	PCT	25	R$ 83,67	R$ 2.091,75
62	FILTRO DE LINHA BIVOLT 6 TOMADAS 100CM PRETO.	UND	208	R$ 56,02	R$ 11.652,16
63	FITA DE AÇO P/ POSTE 3/4 FURADO, ROLO C/25M	ROLO	120	R$ 68,81	R$ 8.257,20
64	FITA ISOLANTE 20 METROS, LARGURA DE 19MM	UND	1.150	R$ 10,78	R$ 12.397,00
65	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 20M. LARGURA DE 19MM	UND	823	R$ 20,48	R$ 16.855,04
66	FOTOCELULA SENSOR BIVOLT EXTERNO POTÊNCIA DE 1000W	UND	440	R$ 33,24	R$ 14.625,60
67	GRAMPO PARA HASTE TERRA 3/4	UND	176	R$ 14,34	R$ 2.523,84
68	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA.	UND	510	R$ 10,46	R$ 5.334,60
69	INTERRUPTOR 2 TECLAS + TOMADA.	UND	505	R$ 12,91	R$ 6.519,55
70	INTERRUPTOR 3 TECLAS.	UND	450	R$ 13,11	R$ 5.899,50
71	INTERRUPTOR SIMPLES.	UND	480	R$ 6,44	R$ 3.091,20
72	LÂMPADA LED 15W BULBO.	UND	980	R$ 5,18	R$ 5.076,40
73	LÂMPADA LED 20W BULBO.	UND	1.010	R$ 9,82	R$ 9.918,20
74	LÂMPADA LED 30W BULBO.	UND	990	R$ 13,94	R$ 13.800,60
75	LÂMPADA LED 50W BULBO	UND	890	R$ 18,79	R$ 16.723,10
76	LÂMPADA LED 100W BULBO	UND	575	R$ 60,87	R$ 35.000,25
77	LÂMPADA LED 18W 6500KPLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	830	R$ 26,21	R$ 21.754,30
78	LÂMPADA LED 24W 6500K PLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	830	R$ 35,41	R$ 29.390,30
79	LÂMPADA LED 25W 6500K PLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	840	R$ 39,12	R$ 32.860,80
80	LÂMPADA DECORATIVA LED PARA USO EM CORDÃO LUMINOSO/GAMBIARRA.1W A 3W	UND	830	R$ 148,16	R$ 122.972,80
81	LÂMPADA TUBO LED TUBULAR T8 18XG13 1,2MT BRANCO	UND	240	R$ 11,38	R$ 2.731,20
82	LÂMPADA T8 TUBOLAR LEITOSA LED 10W 60CM BRANCO FRIO 6000-6500K	UND	195	R$ 10,44	R$ 2.035,80
83	LAMPADA VAPOR METÁLICO 1000w TUBULAR	UND	160	R$ 141,69	R$ 22.670,40
84	LAMPADA VAPOR METÁLICO 150w OVOIDE	UND	160	R$ 50,76	R$ 8.121,60
85	LAMPADA VAPOR METÁLICO 250w OVOIDE	UND	160	R$ 78,25	R$ 12.520,00
86	LUMINÁRIA TUBOLAR LED SLIM 6500K 40W BRANCO FRIO	UND		R$ 40,79	R$ 25.289,80

Comissão de Licitação
551
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá-CE
Comissão Permanente de Licitação
Fls
C.P.L.

			620		
87	LUVA ELETRODUTO 1.1/2" ROSCA	UND	130	R$ 4,77	R$ 620,10
88	LUVA ELETRODUTO 2" ROSCA	UND	130	R$ 7,43	R$ 965,90
89	LUVA ELETRODUTO 3/4" ROSCA	UND	250	R$ 1,68	R$ 420,00
90	PARAFUSO P/ POSTE 1/2X20	UND	110	R$ 20,42	R$ 2.246,20
91	PINO FÊMEA 10A.	UND	655	R$ 4,35	R$ 2.849,25
92	PINO FÊMEA 20A.	UND	455	R$ 5,67	R$ 2.579,85
93	PINO MACHO 10A.	UND	655	R$ 4,88	R$ 3.196,40
94	PINO MACHO 20A.	UND	405	R$ 8,05	R$ 3.260,25
95	PINO T 3 SAÍDAS.	UND	345	R$ 6,82	R$ 2.352,90
96	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO TRIFASICO 12 ENTRADAS	UND	131	R$ 1.287,54	R$ 168.667,74
97	QUADRO P/ MEDIÇÃO MONOFASICO PADRÃO ENEL	UND	240	R$ 56,38	R$ 13.531,20
98	QUADRO P/ MEDIÇÃO TRIFÁSICO PADRÃO ENEL	UND	210	R$ 185,99	R$ 39.057,90
99	REFLETOR DE LED 30W	UND	700	R$ 26,82	R$ 18.774,00
100	REFLETOR DE LED 50W	UND	640	R$ 35,57	R$ 22.764,80
101	REFLETOR DE LED 100W	UND	700	R$ 62,91	R$ 44.037,00
102	REFLETOR DE LED 200W	UND	900	R$ 131,02	R$ 117.918,00
103	REFLETOR DE LED 400W	UND	680	R$ 245,49	R$ 166.933,20
104	REFLETOR HOLOFOTE DE LED 1000W, COR BRANCA, EM ALUMÍNIO FUNDIDO, EM DIMENÇÕES APROX. DE 460X360X40MM, COM KIT FIXAÇÃO (PARAFUSO E BUCHA) INCLUSO	UND	235	R$ 539,99	R$ 126.897,65
105	REFLETOR LED MODULAR 250W, PROVA D'ÁGUA 110V/220V 6500K BRANCO FRIO BIVOLT ALUMÍNIO	UND	95	R$ 345,29	R$ 32.802,55
106	REFLETOR DE LED SLIM EXTERNO 50W BIVOLT PRETO COM LUZ BRANCA 6500K PROVA D'ÁGUA	UND	230	R$ 30,14	R$ 6.932,20
107	RELÊ FOTOCÉLULA 220W	UND	240	R$ 25,80	R$ 6.192,00
108	REX MONOFÁSICO	UND	290	R$ 28,99	R$ 8.407,10
109	REX TRIFÁSICO	UND	240	R$ 24,59	R$ 5.901,60
110	ROLDANA DE PORCELANA GRANDE 72X72MM	UND	174	R$ 8,44	R$ 1.468,56
111	SOQUETE C/ RABICHO	UND	720	R$ 4,45	R$ 3.204,00
112	SOQUETE DE LOUÇA E27	UND	480	R$ 3,11	R$ 1.492,80

Comissão Permanente de Licitação
557
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE
Comissão Permanente de Licitação
473
Fls
C.P.L.
Prefeitura Municipal de Tauá-CE

113	SOQUETE DE LOUÇA E40	UND	180	R$ 9,14	R$ 1.645,20
114	SOQUETE PRATICO DE PORCELANA DE 10W 250v	UND	770	R$ 4,14	R$ 3.187,80
115	TOMADA DUPLA COM INTERRUPTOR	UND	420	R$ 25,47	R$ 10.697,40
116	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 10A EXTERNA	UND	510	R$ 12,68	R$ 6.466,80
117	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 20A	UND	340	R$ 23,33	R$ 7.932,20
118	TOMADA SIMPLES 10A	UND	300	R$ 8,70	R$ 2.610,00
119	TOMADA TRIPLA 10A	UND	375	R$ 20,44	R$ 7.665,00
120	LAMPADA VAPOR METÁLICO 400W OVOIDE	UND	30	R$ 25,54	R$ 766,20
121	LAMPADA VAPOR SÓDIO 150W OVOIDE	UND	30	R$ 24,25	R$ 727,50
122	LAMPADA VAPOR SÓDIO 70W OVOIDE	UND	30	R$ 18,12	R$ 543,60
123	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W PARA POSTE	UND	170	R$ 121,64	R$ 20.678,80
124	BRAÇO CURVO SUPORTE PARA LUMINÁRIA PUBLICA 1M EM AÇO GALVANZADO	UND	40	R$ 48,42	R$ 1.936,80
125	MANGUEIRA DECORATIVA EM LED AZUL A PROVA DAGUA, 220V, ROLO COM 100M	ROLO	50	R$ 642,47	R$ 32.123,50
VALOR TOTAL				**R$ 5.116.571,80**	

Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação - CPL Fls 553

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND	SME	SEDERHI	SDE	SEGOP	SSC	SEINFRA	SESPORTES	SEURB	SESAR	SECULT	TOTAL
1	BASE P/ SENSOR FOTOELETRICO	UND	10	0	0	0	0	0	0	100	100	20	**230**
2	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 10MM ROLO C/100 METROS NEUTRO NU PRETO	ROLO	10	0	0	0	0	0	10	0	50	0	**70**
3	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEX DUPLEX 2X10MM COR PRETO+NU C/100 METROS	ROLO	5	0	0	0	0	0	20	0	50	2	**77**
4	CABO ALUMÍNIO MULTIPLEX 3 VIAS RO C/100M	ROLO	5	1	0	20	0	0	0	10	0	0	**36**
5	CABO CONCENTRICO 10MM C/100 METROS	ROLO	5	4	20	20	0	0	10	10	0	10	**79**
6	CABO DE COBRE ELÉTRICO 10MM PRETO, ROLO COM 100MT	ROLO	20	0	0	0	0	0	20	10	0	10	**60**
7	CABO FLEXÍVEL 10MM. ROLO COM 100M	ROLO	30	2	6	6	0	0	20	30	10	8	**112**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação - CPL Fls 554

8	CABO FLEXIVEL 16 MM, ROLO COM 100M METROS	ROLO	30	2	6	4	0	0	20	30	10	8	**110**
9	CABO FLEXIVEL 2,5, MM. ROLO COM 100M	ROLO	80	5	50	50	20	50	20	30	0	20	**325**
10	CABO FLEXÍVEL 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	80	5	20	20	0	30	20	30	20	15	**240**
11	CABO FLEXÍVEL 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	70	0	10	10	0	30	20	30	0	10	**180**
12	CABO FLEXÍVEL 750V 25MM PRETO ROLO COM 100 METROS	ROLO	5	0	0	0	0	0	20	0	0	6	**31**
13	CABO FLEXÍVEL 750V 35MM PRETO ROLO COM 100METROS	ROLO	5	0	0	0	0	0	20	0	0	6	**31**
14	CABO FLEXÍVEL 750V 50MM PRETO ROLO COM 100 METROS	ROLO	5	0	0	0	0	0	20	0	0	5	**30**
15	CABO PARALELO 0,75MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	0	6	6	0	10	20	15	0	0	**77**
16	CABO PARALELO 1,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	5	0	0	0	10	20	15	0	5	**75**
17	CABO PARALELO 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	70	10	6	30	0	50	20	15	10	10	**221**
18	CABO PP 2 X 1.5MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	5	0	0	0	10	20	30	0	10	**95**
19	CABO PP 2 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	15	50	50	2	50	20	30	0	3	**240**

Prefeitura Municipal de Tauá-CE Comissão Permanente de Licitação
CPL Fls 555
Prefeitura Municipal de Tauá-CE Comissão Permanente de Licitação
C.P.L. Fls 1176

20	CABO PP 2 X 4,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	10	6	10	0	30	30	30	0	10	**146**
21	CABO PP 2 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	5	6	10	0	30	30	30	0	10	**141**
22	CABO PP 3 X 2,5MM. ROLO COM 100M	ROLO	20	15	0	50	4	30	30	30	50	10	**239**
23	CABO PP 3 X 4MM. ROLO COM 100M	ROLO	30	5	6	10	4	30	30	30	20	2	**167**
24	CABO PP 3 X 6,00MM. ROLO COM 100M	ROLO	8	5	0	0	0	10	30	30	0	2	**85**
25	CABO PP 4 X 6MM. ROLO COM 100M	ROLO	8	5	0	0	0	10	0	30	0	2	**55**
26	CANALETA COM ADESIVO 20X10MM PLÁSTICA MINIMO DE 2MT POR BARRA	UND	100	1	0	0	0	60	0	20	5	10	**196**
27	CANALETA COM ADESIVO 20X20MM PLASTICA MÍNIMO DE 2MT POR BARRA	UND	100	1	0	0	0	30	0	20	5	10	**166**
28	CAIXA ELÉTRICA DE PLÁSTICO DIMENSÕES 102MM X 55MM PROFUNDIDADE DE 45MM A 65MM	UND	50	20	0	0	10	100	0	20	10	5	**215**
29	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 12/16 DISJUNTOR	UND	50	10	10	10	0	10	10	15	10	5	**130**
30	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 6/8 DISJUNTOR	UND	50	0	10	10	2	10	10	15	5	5	**117**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação
CPL Fls 556
Comissão Permanente de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Tauá-CE
C.P.L. Fls 2

31	CONECTOR CUNHA RAMAL AZUL COM ESTRIBO NORMAL, ALUMÍNIO	UND	25	0	10	10	0	100	0	500	200	5	**850**
32	CONECTOR CUNHA RAMAL VERMELHO COM ESTRIBO NORMAL, ALUMÍNIO	UND	25	0	10	10	0	100	0	500	200	5	**850**
33	CONECTOR PARA ASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	UND	150	30	0	0	0	50	0	30	30	5	**295**
34	CONECTOR PARA ASTE BRANCO "U" ELÉTRICA 5/8"	UND	100	0	0	0	0	0	0	100	10	5	**215**
35	CONECTOR PERFURANTE DE DERIVAÇÃO	UND	40	50	0	0	0	0	0	200	50	50	**390**
36	CURVA 180° 1.1/2"	UND	70	0	0	0	0	0	0	50	10	0	**130**
37	CURVA 90° 1.12"	UND	200	0	0	0	0	0	0	50	10	0	**260**
38	CURVA 90° 3/4	UND	200	0	0	0	10	0	0	50	10	0	**270**
39	CURVA 90° LONGA DE 2"	UND	200	0	0	0	0	0	0	50	10	0	**260**
40	DISJUNTOR DR 16A	UND	100	0	0	10	0	0	20	30	20	0	**180**
41	DISJUNTOR DR 20A	UND	100	0	10	10	2	0	20	30	20	15	**207**
42	DISJUNTOR DR 32A	UND	100	0	10	10	0	0	20	30	20	15	**205**
43	DISJUNTOR DR 40A	UND	100	0	10	10	0	0	20	30	20	15	**205**
44	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A.	UND	220	10	10	10	0	50	20	60	30	15	**425**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE CPL Fls 557
Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Tauá-CE Comissão Permanente de Licitação CPL Fls

45	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A.	UND	220	20	10	10	10	50	20	60	20	15	**435**
46	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A.	UND	150	20	10	10	2	50	20	60	20	15	**357**
47	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A.	UND	150	20	10	10	0	50	20	60	20	15	**355**
48	DISJUNTOR TRIFÁSICO 100A.	UND	150	5	10	10	0	50	20	60	20	15	**340**
49	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25A.	UND	150	0	10	10	5	50	20	60	20	15	**340**
50	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32A.	UND	150	5	10	10	5	50	20	60	20	15	**345**
51	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A.	UND	150	5	0	0	0	50	20	60	20	15	**320**
52	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A.	UND	150	5	0	0	0	50	20	60	0	15	**300**
53	DISJUNTOR TRIPOLAR 100ª CURVA C 3KA	UNI	10	0	0	0	0	0	20	0	0	0	**30**
54	DISJUNTOS TRIPOLAR 63ª CURVA C	UND	10	0	0	0	0	0	20	0	0	0	**30**
55	DISPOSITIVO ANTI SURTO "DPS" 25KA	UND	10	0	0	0	3	0	20	0	0	0	**33**
56	DISPOSITIVO ANTI SURTO "DPS" 45KA	UND	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**10**
57	ELETRODUTO CORRUGADO ¾" ROLO COM 50M	UND	100	0	10	30	3	30	0	80	50	0	**303**
58	ELETRODUTO PVC RÍGIDO DE 2" X 3M	UND	100	0	10	10	0	30	0	80	50	0	**280**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE Comissão Permanente de Licitação
CPL
Fls 558
Prefeitura Municipal de Tauá/CE Comissão Permanente de Licitação
C.P.L.
Fls 474

59	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1.1/2 X 3M	UND	100	0	0	0	0	30	0	80	50	0	**260**
60	ELETRODUTO RÍGIDO ¾ X 3M	M	400	0	0	0	12	30	0	80	50	0	**572**
61	FECHO 3/4 PARA FITA DE AÇO POSTE PCT C/100 UND.	PCT	10	0	0	0	0	0	0	10	5	0	**25**
62	FILTRO DE LINHA BIVOLT 6 TOMADAS 100CM PRETO.	UND	150	0	0	0	3	20	0	10	5	20	**208**
63	FITA DE AÇO P/ POSTE 3/4 FURADO, ROLO C/25M	ROLO	50	0	0	0	0	50	0	10	5	5	**120**
64	FITA ISOLANTE 20 METROS, LARGURA DE 19MM	UND	300	100	10	30	10	200	0	200	200	100	**1.150**
65	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 20M. LARGURA DE 19MM	UND	50	100	10	10	3	200	0	200	200	50	**823**
66	FOTOCELULA SENSOR BIVOLT EXTERNO POTÊNCIA DE 1000W	UND	10	0	20	10	0	0	0	300	50	50	**440**
67	GRAMPO PARA HASTE TERRA 3/4	UND	70	0	0	0	6	20	0	50	30	0	**176**
68	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA.	UND	250	10	50	50	10	50	0	50	20	20	**510**
69	INTERRUPTOR 2 TECLAS + TOMADA.	UND	250	0	50	50	15	50	0	50	20	20	**505**
70	INTERRUPTOR 3 TECLAS.	UND	200	0	50	50	10	50	0	50	20	20	**450**
71	INTERRUPTOR SIMPLES.	UND	200	10	50	50	10	50	30	50	10	20	**480**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação
CPL Fls 559

72	LÂMPADA LED 15W BULBO.	UND	400	0	50	50	0	200	30	200	0	50	**980**
73	LÂMPADA LED 20W BULBO.	UND	400	0	50	50	10	200	30	200	20	50	**1.010**
74	LÂMPADA LED 30W BULBO.	UND	400	0	50	50	10	200	30	200	0	50	**990**
75	LÂMPADA LED 50W BULBO	UND	400	0	50	50	10	0	30	300	0	50	**890**
76	LÂMPADA LED 100W BULBO	UND	100	0	50	50	5	0	30	300	0	40	**575**
77	LÂMPADA LED 18W 6500KPLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	500	0	20	20	10	0	30	50	0	200	**830**
78	LÂMPADA LED 24W 6500K PLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	500	0	20	20	10	0	30	50	0	200	**830**
79	LÂMPADA LED 25W 6500K PLAFON SOBREPOR QUADRADA BRANCO FRIO	UND	500	0	20	20	20	0	30	50	0	200	**840**
80	LÂMPADA DECORATIVA LED PARA USO EM CORDÃO LUMINOSO/GAMBIARRA.1W A 3W	UND	100	0	0	0	0	0	30	500	0	200	**830**
81	LÂMPADA TUBO LED TUBULAR T8 18XG13 1,2MT BRANCO	UND	100	0	0	0	10	0	30	0	0	100	**240**
82	LÂMPADA T8 TUBOLAR LEITOSA LED 10W 60CM BRANCO FRIO 6000-6500K	UND	50	0	0	0	15	0	30	0	0	100	**195**

Prefeitura Municipal de Tauá-CE. Comissão Permanente de Licitação
C.P.L. Fls 560

Prefeitura Municipal de Tauá-CE - Comissão Permanente de Licitação
CPL
Fls 560

83	LAMPADA VAPOR METÁLICO 1000w TUBULAR	UND	10	0	0	20	0	0	0	30	0	100	**160**
84	LAMPADA VAPOR METÁLICO 150w OVOIDE	UND	10	0	0	20	0	0	0	30	0	100	**160**
85	LAMPADA VAPOR METÁLICO 250w OVOIDE	UND	10	0	0	20	0	0	0	30	0	100	**160**
86	LUMINÁRIA TUBOLAR LED SLIM 6500K 40W BRANCO FRIO	UND	400	100	0	0	0	0	0	20	0	100	**620**
87	LUVA ELETRODUTO 1.1/2" ROSCA	UND	50	0	0	0	0	10	0	50	20	0	**130**
88	LUVA ELETRODUTO 2" ROSCA	UND	50	0	0	0	0	10	0	50	20	0	**130**
89	LUVA ELETRODUTO 3/4" ROSCA	UND	150	0	0	0	20	10	0	50	20	0	**250**
90	PARAFUSO P/ POSTE 1/2X20	UND	10	0	0	0	0	0	30	50	20	0	**110**
91	PINO FÊMEA 10A.	UND	150	40	0	0	5	50	30	50	30	300	**655**
92	PINO FÊMEA 20A.	UND	150	40	0	0	5	50	30	50	30	100	**455**
93	PINO MACHO 10A.	UND	150	40	0	0	5	50	30	50	30	300	**655**
94	PINO MACHO 20A.	UND	100	40	0	0	5	50	30	50	30	100	**405**
95	PINO T 3 SAÍDAS.	UND	100	5	0	0	0	50	30	30	30	100	**345**
96	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO TRIFASICO 12 ENTRADAS	UND	50	0	6	6	4	10	10	30	10	5	**131**

Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação
CPL
Fls 561
Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá-CE
Fls 562

97	QUADRO P/ MEDIÇÃO MONOFASICO PADRÃO ENEL	UND	100	20	6	2	2	10	20	30	30	20	**240**
98	QUADRO P/ MEDIÇÃO TRIFÁSICO PADRÃO ENEL	UND	50	20	6	2	2	0	50	30	30	20	**210**
99	REFLETOR DE LED 30W	UND	50	0	0	0	0	0	50	500	50	50	**700**
100	REFLETOR DE LED 50W	UND	150	0	20	20	0	0	50	300	50	50	**640**
101	REFLETOR DE LED 100W	UND	200	10	20	20	0	0	50	300	50	50	**700**
102	REFLETOR DE LED 200W	UND	250	10	20	20	0	100	50	300	50	100	**900**
103	REFLETOR DE LED 400W	UND	130	10	20	20	0	50	50	300	0	100	**680**
104	REFLETOR HOLOFOTE DE LED 1000W, COR BRANCA, EM ALUMÍNIO FUNDIDO, EM DIMENÇÕES APROX. DE 460X360X40MM, COM KIT FIXAÇÃO (PARAFUSO E BUCHA) INCLUSO	UND	25	0	0	0	0	0	50	100	0	60	**235**
105	REFLETOR LED MODULAR 250W, PROVA D'ÁGUA 110V/220V 6500K BRANCO FRIO BIVOLT ALUMÍNIO	UND	25	0	0	0	0	0	50	0	0	20	**95**
106	REFLETOR DE LED SLIM EXTERNO 50W BIVOLT PRETO COM LUZ BRANCA 6500K PROVA D'ÁGUA	UND	60	0	0	0	0	0	50	100	0	20	**230**
107	RELÊ FOTOCÉLULA 220W	UND	30	20	10	10	0	0	20	100	30	20	**240**
108	REX MONOFÁSICO	UND	100	20	0	0	0	50	30	50	20	20	**290**

Prefeitura Municipal de Tauá - Comissão Permanente de Licitação
CPL
Fls 562

Prefeitura Municipal de Tauá-CE Comissão Permanente de Licitação
CPL
Fls 183

109	CREX TRIPÁSICO	UND	50	20	0	0	0	50	30	50	20	20	**240**
110	ROLDANA DE PORCELANA GRANDE 72X72MM	UND	120	0	0	0	0	10	4	20	0	20	**174**
111	SOQUETE C/ RABICHO	UND	150	100	0	0	0	50	0	100	20	300	**720**
112	SOQUETE DE LOUÇA E27	UND	80	0	0	0	0	50	0	50	0	300	**480**
113	SOQUETE DE LOUÇA E40	UND	80	0	0	0	0	50	0	50	0	0	**180**
114	SOQUETE PRATICO DE PORCELANA DE 10W 250v	UND	450	0	0	0	10	50	0	50	10	200	**770**
115	TOMADA DUPLA COM INTERRUPTOR	UND	250	0	20	20	10	0	0	50	20	50	**420**
116	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 10A EXTERNA	UND	300	0	10	10	10	30	30	50	20	50	**510**
117	TOMADA DUPLA DE SOBREPOR 20A	UND	200	0	10	10	0	0	0	50	20	50	**340**
118	TOMADA SIMPLES 10A	UND	100	10	20	30	20	0	0	50	20	50	**300**
119	TOMADA TRIPLA 10A	UND	200	0	20	20	15	0	20	30	20	50	**375**
120	LAMPADA VAPOR METÁLICO 400W OVOIDE	UND	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	**30**
121	LAMPADA VAPOR SÓDIO 150W OVOIDE	UND	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	**30**
122	LAMPADA VAPOR SÓDIO 70W OVOIDE	UND	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	**30**
123	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W PARA POSTE	UND	0	0	0	0	0	0	0	150	20	0	**170**

124	BRAÇO CURVO SUPORTE PARA LUMINÁRIA PUBLICA 1M EM AÇO GALVANZADO	UND	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	**40**
125	MANGUEIRA DECORATIVA EM LED AZUL A PROVA DAGUA, 220V, ROLO COM 100M	ROLO	0	0	0	0	0	0	0	50	0	0	**50**



Prefeitura Municipal de Tauá/CE - Comissão Permanente de Licitação - CPL Fls 563
Prefeitura Municipal de Tauá-CE Comissão Permanente de Licitação C.P.L. Fls

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
564 Fls CPL
148 Fls CPL

3.1 A definição dos quantitativos foram estimados considerando as demandas informadas por cada unidade administrativa, de modo a assegurar o atendimento adequado às respectivas necessidades e a continuidade das atividades e dos serviços públicos municipais, tendo em vista a necessidade dos referidos materiais.

3.2 O valor estimado para este objeto é de **R$ 5.116.571,80 (cinco milhões cento e dezesseis mil quinhentos e setenta e um reais e oitenta centavos).**

3.1. O valor foi obtido através de pesquisa aplicando os seguintes parâmetros conforme **IN SEGES/ME nº 65/2021:**

- **Artigo 5º, Inciso II**: contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

3.3 **Artigo 5º, Inciso III**: dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

3.4 AMOSTRAS:

3.4.1 NÃO SE APLICA

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

4.1. A Licitação fundamentar-se-á nas Leis:

a) Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;
b) Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; e
c) Decreto Municipal de nº 1120001/2023-GABP

5. DO MODO DE DISPUTA:

5.1. MODO DE DISPUTA: ABERTO

6. MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

6.1. Pregão (**MENOR PREÇO POR LOTE**)

7. ÓRGÃO GERENCIADOR:

7.1. Secretaria da Educação.

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
505 Fls CPL
486 Fls CPL

7.2. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

7.2.1 Secretaria do Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos,
7.2.2 Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas,
7.2.3 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo,
7.2.4 Secretaria da Segurança Cidadã
7.2.5 Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos,
7.2.6 Secretaria de Esportes,
7.2.7Secretaria Municipal de Urbanismo Conservação Meio Ambiente e Sustentabilidade,
7.2.8 Serviço Autônomo de Saneamento Ambiental Rural,
7.2.9 Secretaria da Cultura Turismo e Lazer,

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

8.1. Trata-se da Contratação de empresa para **aquisição de material elétrico para atender as necessidades das unidades administrativas do Município de Tauá-CE**, a administração pública, por meio das secretarias pretende contratar o objeto em questão.

8.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9. ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
566 Fls
CPL
487 Fls
C.P.L.

9.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

10. DO PAGAMENTO:

10.1. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente de cada Secretaria participante, que atestará a execução do objeto contratado.

10.2. Caso o faturamento seja aprovado pelas Secretarias Participantes, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11. DOS RECURSOS E DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s) /entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada quando da lavratura do contrato.

12. PERIODO DE VIGÊNCIA E DE PRORROGAÇÃO CONTRATO:

12.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado **é até 31 de dezembro de 2026**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

Comissão Permanente de Licitação
567
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE
488
Fls
C.P.L.

13. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:

13.1. O objeto deverá ser entregue no almoxarifado da Secretaria da Educação, localizado à Av. Chermont Alves de Oliveira, 747, Sebastião César Rêgo, no município de Tauá-Ce e no almoxarifado geral do município localizado á Av. Chermont Alves de Oliveira, 737, Sebastião César Rêgo, no município de Tauá-Ce, de forma parcelada conforme a demanda, a partir da emissão da ordem de compra.

13.2. O prazo de entrega do objeto é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de compra.

Tauá/CE, **04** de **novembro** de **2026**.

José Eronilson Alexandrino Souza
Ordenador de Despesas da Secretaria da Educação
Órgão Gerenciador

Walisson Silva Gomes
Ordenador de Despesas da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, Secretaria de Esportes.
Órgão Participante

Miqueias Vieira da Silva
Ordenador de Despesas da Secretaria de Urbanismo, Conservação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Serviço Autônomo de Saneamento Ambiental Rural
Órgão Participante

Tarsis Cavalcante Mota
Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Órgão Participante

Danilo Alves Gonçalves dos Reis
Ordenador de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas.
Órgão Participante

Alfredo Alves Bezerra
Ordenador de Despesas da Secretaria da Segurança Cidadã
Órgão Participante

Antônia Marcileide de Castro
Ordenador de Despesas da Secretaria do Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos
Órgão Participante

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
568
Fls
CPL

ANEXO II –MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, que não realiza trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____
(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____
(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

(Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

_____, em _____ de _____ de _____.

_____
(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: as declarações poderão ser emitidas em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Comissão Permanente de Licitação
569
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____
Pregão Eletrônico nº _____
Processo nº _____

Aos __ dias do mês de _____ de 20__, a Prefeitura Municipal de Tauá, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.849.532/0001-47, através da Secretaria _____ (Órgão Gerenciador), neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, Sr.(a) _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, Processo Administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1120001/2023-GABP de 20 de novembro de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CE,** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº _____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total
1						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria da Educação.

3.2. Órgãos Participantes: Secretaria de Planejamento, Pesquisa e Estatística, Secretaria de Urbanismo, Conservação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, Procuradoria Geral, Fundação Escola de Gestão e Qualificação de Pessoas, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes, Serviço Autônomo de Saneamento Ambiental Rural, Secretaria da Segurança Cidadã, Secretaria de Gestão Organizativa e de Pessoas, Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, Gabinete da Prefeita, Controladoria, Ouvidoria, Transparência e Integridade Pública, Superintendência do Meio Ambiente, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria da Cultura, Turismo e Lazer, Secretaria de Políticas e Projetos para a Mulher e Família, Secretaria de Esportes, Secretaria de Governo, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Secretaria do Desenvolvimento Rural e Recursos Hídricos

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Comissão Permanente de Licitação
570
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
4.1.2. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Comissão Permanente de Licitação
571
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias, nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.6, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
572
Fls
CPL

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Comissão Permanente de Licitação
573
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá/CE
574
Fls
CPL

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

Comissão Permanente de Licitação
Fls 575
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

SIGNATÁRIOS:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	Assinatura
Detentores do Reg. de Preços	**Nome do Representante**	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

Comissão Permanente de Licitação
536
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA _____, COM A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A **Prefeitura Municipal de Tauá**, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.849.532/0001-47, através da Secretaria _____, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas, Sr(a). _____, doravante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., com endereço na Rua ....., representada por seu sócio administrador, Sr. ....., portador do CPF nº ....., ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de Pregão Eletrônico nº ....., em conformidade com o que preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- O presente contrato tem como fundamento o edital do **Pregão Eletrônico nº** _____ e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto é a .....

CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R$ _____ (_____).

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21;

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

4.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Comissão Permanente de Licitação - Prefeitura Municipal de Tauá - CE
577
Fls
CPL

4.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

4.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

4.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Tauá para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.11. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2. Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta apresentada, a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria _____.

5.3. Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no processo.

5.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

5.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual.

5.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

5.7. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Secretaria _____, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21;

5.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

Comissão Permanente de Licitação
578
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

5.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1- O prazo de vigência deste contrato é até **31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

7.2- O objeto do contrato será recebido pelo liquidante na respectiva Secretaria _____, de acordo com o Termo de Referência.

CLAÚSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria _____, que atestará a execução do objeto contratado.

8.2. Caso o faturamento seja aprovado pela Secretaria _____, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas em questão serão custeadas pela Dotação Orçamentária nº _____; Fonte: _____; Elemento de Despesas nº _____.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data da proposta de preços;

11.2- Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice oficial do IGP-M.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

Comissão Permanente de Licitação
579
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

12.2- A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3- As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

a) Advertência;
b) Multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA RESCISÃO

14.1- A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.2- Em caso de rescisão prevista nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

Comissão Permanente de Licitação
580
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

14.3- A rescisão contratual de que trata o inciso I art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a III, ambos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

15.1- O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização do presente contrato será realizada conforme Rotina de Fiscalização Contratual pormenorizada no Termo de Referência e exercida por _____, nomeado mediante Portaria nº _____, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1- Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas no art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSICOES FINAIS

19.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;
19.2- Obrigação da contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1- Fica eleito o foro da Comarca de Tauá, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.
E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Tauá-Ce, __ de _____ de _____.

_____	_____
Nome do Ordenador de Despesas	Nome do Representante da Empresa
Secretaria _____	Nome da Empresa
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Comissão Permanente de Licitação
581
Fls
CPL
Prefeitura Municipal de Tauá/CE

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

A empresa _____ com sede à _____cidade_____ Estado _____ Telefone _____ CNPJ/MF _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____, propõe ao Município de Tauá o constante no objeto do **Edital de PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO), conforme segue:**

a) Considera como proposta, no valor total de R$ .....(valor por extenso):

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VR. UNIT	VR. TOTAL
1						

b) Condições de pagamento _____ (conforme edital).
c) O prazo de entrega é _____ (conforme previsto no edital).
d) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura da licitação.
e) Se vencedora da licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Sr. ____ portador da Carteira de Identidade RG nº. ____ e CPF n.º ____ residente à Rua ____ Bairro: ____ Cidade: ____ Estado: ____ CEP: ____ e-mail ____.

_____, em _____ de _____ de 2026.

_____
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

OBS.: o documento pode ser emitido em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.